



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2017/00084**

Brasília, 31 de agosto de 2017.

**Objetivo da reunião:** 6ª reunião do COGEST;31/08/2017

Horário e local: 14h30 - Sala de Sessões

Assunto: Planejamento estratégico

<b>Participantes</b>	<b>Função/Cargo</b>	<b>Unidade</b>
Ministra Laurita Vaz	MAGISTRADO	PR
Ministro Humberto Martins	MAGISTRADO	PR
Ministro Mauro Campbell Marques	MAGISTRADO	CG
Cleberon José Rocha	MAGISTRADO	SG
Eva Maria Ferreira Barros	DIRETOR-GERAL	DG
Ivan Gomes Bonifácio	SECRETARIO	SEG
André Ricardo Lapetina Chiaratto	SECRETARIO	STI
Cintia da Silveira Lima	ASSESSOR-CHEFE	ASCOM
Gustavo Bicalho Ferreira da Silva	SECRETARIO	SPO
Jaqueline Aparecida Correia de Mello	SECRETARIO	SCE
Angelita da Mota Ayres Rodrigues	SUBSECRETARIO	SUAUD
William Santos	CHEFE DE GABINETE	GAB-SG
Misael Guerra Pessoa de Andrade	SECRETARIO	SAD
Rodrigo Vasconcellos Chebli	ASSESSOR-CHEFE	ASESP-SG
Antonio Carlos de Sousa Costa	SUBSECRETARIO	SUPES
Desembargador Federal Hilton José Gomes de Queiroz	Presidente	TRF1
Desembargador Federal Manoel de Oliveira Erhardt	Presidente	TRF5
Desembargadora Federal Nizete Lobato	Corregedora	TRF2



Assinado digitalmente por IVAN GOMES BONIFACIO.  
Documento Nº: 1561681-4280 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>

Classif. documental 00.04.00.01



CJFMRU201700084A

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL



	Regional	
Juiz Federal Pablo Zuniga Dourado	Juiz Auxiliar da Presidência	TRF1
Juiz Federal Osair Victor de Oliveira Junior	Juiz Auxiliar da Presidência	TRF2
Juiz Federal Paulo Cezar Neves	Diretor do Foro de São Paulo	TRF3
Carlos Frederico Bezerra	Diretor-Geral	TRF1
Maria Lúcia Pedroso	Diretora-Geral	TRF2
Gilberto de Almeida Nunes	Diretor-Geral	TRF3
Magda Lucia Scheunemann Cidade	Diretora-Geral	TRF4
Fabio Rodrigo de Paiva Henriques	Diretor-Geral	TRF5
Juiz Federal Fernando César Baptista de Mattos	Conselheiro	CNJ
Juiz Federal Newton Pereira Ramos Neto	Representante da AJUFE	AJUFE
Helenio Porto Barros	Coordenador Geral	FENAJUFE

## Pauta

### 1. Resultado do 1º semestre de 2017 das metas estratégicas e proposta de metas para 2018

Após as boas-vindas da Presidente Laurita Vaz a todos os participantes, deu-se início aos temas da pauta, com a apresentação pelo Secretário de Estratégia e Governança, Ivan Bonifácio. Inicialmente foi apresentada a evolução da Justiça Federal no cumprimento das metas, ao longo de três anos. Neste período, houve melhora no desempenho em relação a 6 metas: produtividade, conciliação, improbidade, execução não fiscal, ações coletivas e ações penais. A seguir, foi feita a apresentação do resultado do primeiro semestre de cada meta, e uma proposta com relação ao ano de 2018: META 1 : os resultados da meta 1 do primeiro semestre apontam um cumprimento de 98,6%. Todas as regiões já julgam ou estão próximas de julgar maior quantidade de processos do que os distribuídos no ano. O Corregedor da Justiça Federal, Ministro Mauro Campbell, ponderou sobre a necessidade de que os processos suspensos e sobrestados sejam excluídos da Meta 1. O Conselheiro do CNJ, Juiz Federal Fernando Mattos comprometeu-se a levar o assunto para análise do CNJ. A proposta de manutenção da meta 1 para 2018 foi acatada por unanimidade. META 2: os dois primeiros períodos da meta 2 referem-se ao primeiro e segundo graus, com o julgamento de 100% dos processos com 5 anos e 85% dos processos com 4 anos. Nestes dois períodos, com exceção da 1ª região, a meta está ou cumprida ou próxima de ser cumprida. Foi destacada a situação da 1ª região, que detém 97% do passivo da meta nos processos com 5 anos e 59%, no casos dos processos com 4 anos. Com relação ao terceiro período, referente aos JEFs e Turmas



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL



Recursais, todas as regiões estão com resultados favoráveis, sendo o destaque da 3ª região, que já superou a meta (210,5%). O resultado global da Justiça Federal é 127,7% e todos os membros do COGEST concordaram com a manutenção da meta para 2018, apenas com o ajuste do ano. META 3: já está cumprida, com mais de 100.000 processos conciliados. Todas as regiões já superaram os 2% estabelecidos como percentual mínimo de cumprimento, tendo sido apresentada a proposta de incrementar a meta elevando o percentual mínimo para 5% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos. A proposta foi rejeitada, levando-se em consideração que a conciliação depende das partes envolvidas e que o papel da Justiça Federal é criar os meios alternativos para a resolução de conflitos. Por unanimidade, foi definido que a meta deve permanecer a mesma em 2018. META 4: meta referente à improbidade administrativa, está, até o momento com um percentual de 64% de cumprimento na Justiça Federal. O destaque foi da 4ª região, que está com 110% de cumprimento da meta. Foi ressaltada a situação da 1ª região que detém 67% do passivo total. O Juiz Federal Pablo Zuniga Dourado, representando a 1ª Região, solicitou a flexibilização, pois com o percentual de 70% de julgamento das ações de improbidade administrativa distribuídas (3 anos), a região não terá condições de cumprir a meta. O Corregedor Geral da Justiça Federal foi contrário à flexibilização. Ficou definido que a meta ficará mantida para 2018, com mesmo percentual e ajuste de ano, vencida a opinião dos representantes da 1ª e 5ª regiões. Foi sugerido que a meta passe a contemplar, também, as ações penais vinculadas aos crimes de improbidade administrativa, proposta aceita por unanimidade. META 5: essa meta já tem percentual de 91,9% de cumprimento, com destaque para a 2ª, 3ª e 5ª regiões, que já baixaram quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal no ano corrente. Pelos resultados já alcançados, ficou definida por unanimidade a manutenção da meta para 2018. META 6: a meta 6 possui faixas de cumprimento. Pelos resultados obtidos até o momento, somente a 1ª região terá dificuldade para o cumprimento e o destaque é da 4ª região que já superou a meta. Ficou definida por unanimidade a manutenção da meta para 2018 nas mesmas faixas de cumprimento, com exceção da 4ª região, que, pelos resultados obtidos, passará a integrar a faixa 1 (85%). META 7: Foi sugerido que os processos criminais passassem a ser acompanhados apenas na meta 1. A proposta não foi acatada, tendo em vista a necessidade de se dar destaque ao acompanhamento das ações criminais. Assim, foi definido pelos tribunais que a meta será mantida para 2018, com os mesmos parâmetros. META 8: De acordo com a proposta da meta 4, já acatada, a meta 8 tratará em 2018 apenas nos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo. Os percentuais serão os mesmos, apenas com ajuste de ano, com aprovação unânime do COGEST.

## 2. Status dos projetos estratégicos da Justiça Federal

O Secretário de Estratégia e Governança apresentou o status dos projetos estratégicos, destacando a necessidade de realização de encontro específico para detalhamento das iniciativas. Relatou sinteticamente os projetos com entregas já relacionadas, destacando os vinculados à tecnologia da informação e os vinculados à pesquisas institucionais. Sobre o programa de sustentabilidade, ainda não iniciado, foi sugerida a definição de um indicador sobre a redução de custos, tendo em vista as restrições orçamentárias e a necessidade de acompanhamento das ações de sustentabilidade. Essa proposta foi acatada pelo COGEST.

## 3. Revisão do Planejamento Estratégico e Oficina de Projetos Estratégicos

Foi destacada a necessidade de realização de encontro para a discussão e aprofundamento dos projetos estratégicos, com a avaliação de quais desafios devem permanecer para os anos de 2018 a 2020. Foi sugerido que o encontro ocorra no mês de outubro, no dia anterior ou dia seguinte ao da Sessão. A Ministra Laurita Vaz comentou que a Sessão de Outubro será



Assinado digitalmente por IVAN GOMES BONIFACIO.  
Documento Nº: 1561681-4280 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>



realizada no Rio de Janeiro, em data a ser definida.

#### 4. Apresentação do SISMAPA

Foi apresentado o SISMAPA, Sistema de Mapeamento da Justiça Federal, que reúne dados geográficos e informativos da JF em todo o País. Foi apresentada e aprovadas a proposta para que a ferramenta seja aberto ao público, com informações como: magistrados titulares das unidades da Justiça Federal; número de processos recebidos, baixados, em andamento e julgados; e competência das Varas. As pesquisas poderão ser feitas por localização, nomes ou área de atuação, competência e os dados podem ser ordenados por acervo, casos novos, casos baixados. O SISMAPA é fruto da parceria da Secretaria de Estratégia e Governança com a Secretaria de Tecnologia da Informação do CJF, e dos TRFs, que disponibilizaram os dados. O Corregedor comentou que o projeto está alinhado às orientações do CNJ e que é uma ferramenta muito útil à atividade correcional. A Presidente também elogiou a iniciativa e, ao final, o Comitê aprovou por unanimidade tornar o SISMAPA um sistema oficial da Justiça Federal, assunto que será regulado por Resolução, cuja minuta deve se enviada ao pleno do CJF.

#### 5. Participantes da reunião

Participaram também da reunião: Pelo TRF1 Maria Carolina Ribeiro, Diretora da Divisão de Planejamento Estratégico. Pelo TRF2 André Kemper Baptista, Assessor de Governança Corporativa. Pelo TRF3 Rosana Moraes Zonaro, Supervisora da Seção de Planejamento Estratégico. Pelo TRF4 José Carlos Bonato, Assessor de Planejamento e Gestão e pelo CJF Silvana Conceição Dias Soares, Subsecretária de Gestão Estratégica, Edimilson Cavalcante de Oliveira; Subsecretário de Modernização da Gestão; Marcos Antônio Kronenberger, Setor de Análise de Dados; Marcos Teixeira, da Seção da Gestão por Projetos e Alex Pena Tosta da Silva, da Seção de Planejamento Estratégico.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL



Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista
2.1	Definição de indicador para a redução de custos.	COGEST	30/09/2017

IVAN GOMES BONIFÁCIO  
SECRETARIO  
SECRETARIA DE ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA



Assinado digitalmente por IVAN GOMES BONIFACIO.  
Documento Nº: 1561681-4280 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>

